

AS PRÁTICAS CURRICULARES E CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA NO LIVRO DA SÉRIE BRAGA: UM ESTUDO DO COMPÊNDIO NO INÍCIO DA REPÚBLICA BRASILEIRA

Roseane Maria de Amorim

roseane.mda@hotmail.com

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Palavras chave: Práticas curriculares – Concepção de História – Livro didático

INTRODUÇÃO

Nas práticas curriculares escolares, os docentes utilizam diferentes materiais que dão suporte ao trabalho que realizam. Os materiais pedagógicos como livros, textos e imagens diversas não são instrumentos inocentes e neutros, mas representam, geralmente, a ideologia do grupo dominante, na medida em que a educação tem um papel importante para a civilização dos grupos menos favorecidos.

As práticas curriculares fazem parte do conjunto de atividades vivenciadas pelos estudantes e professores e outros profissionais da escola. As festas, murais, comemorações, produções, danças, materiais pedagógicos diversos, além das atividades desenvolvidas em sala de aula, fazem parte da cultura escolar. As práticas curriculares têm efeitos sobre as pessoas, mexem com a subjetividade dos estudantes e ajudam na construção das identidades (AMORIM, 2011). Nesse contexto, analisar materiais didáticos nos ajuda a entender a concepção de educação do período em estudo.

O livro *A Série Braga II*, objeto de estudo desta pesquisa, é pouco lembrado na historiografia sobre a História da Educação, principalmente no que diz respeito ao olhar para o ensino de história ou para a concepção de cultura que o autor procura enfatizar. Braga teve sua vida marcada pela influência de missionários presbiterianos norte-americanos. Participou ativamente da evangelização dos moços em seu tempo e atuou como educador e jornalista. Por meio dos seus materiais, formou várias gerações de estudantes.

Nessa perspectiva, temos como objetivo analisar um dos livros da Série Braga¹, que foi um conjunto de compêndios que circulou no início do Brasil Republicano. O recorte realizado recai sobre a concepção presente nos dizeres e imagens do material. Assim, estamos explorando um campo pouco estudado na História – que é o Ensino de História no passado.

Em termos metodológicos, entendemos que cabe ao historiador fazer perguntas aos documentos de forma que possa cruzar as fontes utilizadas na análise. Para tanto, torna-se importante o arcabouço teórico que o(a) pesquisador(a) possui a fim de que possa fazer as leituras adequadas dos materiais investigados. Dessa forma, a presente pesquisa está ancorada em diversos estudiosos como Samara e Tupy (2010) Fonseca (2004), Pesavento (2003), entre outros autores.

Como indagações de pesquisa, temos os seguintes questionamentos: qual a concepção de história presente no livro *Série Braga II* e em que medida os postulados defendidos nesse compêndio influenciou as práticas curriculares dos docentes no período em tela?

No primeiro momento, discorreremos um pouco sobre o que foi a República e a questão do ensino de história nesse período. Logo depois, é feita uma abordagem sobre a concepção de livro didático no período republicano brasileiro. E, por último, analisamos alguns aspectos da obra *Série Braga II*.

Os estudos apontam para a necessidade de pesquisas que adentrem para a história dos compêndios no Brasil. No nosso caso, como já deixamos claro, em particular, procuramos olhar a concepção do ensino de história presente na obra citada e o reflexo dessa concepção para as práticas curriculares de professores e estudantes.

Queremos deixar claro para o leitor que o texto ora apresentado não irá esgotar a discussão sobre a obra e sim apontará apenas algumas reflexões importantes para pensar a educação no período estudado.

A REPÚBLICA NO BRASIL E O ENSINO DE HISTÓRIA

De acordo com Fausto (2002), a institucionalização da República no Brasil foi quase um passeio. Entretanto, os anos vindouros constituíram uma grande incerteza. Não havia, portanto, consenso sobre os encaminhamentos que deveriam ser dados à República brasileira. Havia aqueles que sustentavam o modelo mais próximo dos ideais da revolução francesa, e outros que sustentavam as ideias positivistas. Além disso, os militares tiveram grande influência no início da República. Embora o marechal Deodoro da Fonseca tenha se tornado chefe do Governo Provisório de forma relativamente pacífica, e alguns oficiais tenham sido eleitos para a participação no Congresso Constituinte, esse fato não significava homogeneidade de pensamentos. Havia, por exemplo, certa rivalidade entre o Exército e a Marinha. No dizer de Fausto (2002, p. 140),

Existiam ainda diferenças pessoais e de concepções, separando os partidários de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto. Em torno do velho marechal reuniram-se veteranos da Guerra do Paraguai. Muitos desses oficiais não haviam frequentado a Escola Militar e distanciavam-se das ideias positivistas. Tinham ajudado a derrubar a Monarquia “para salvar a honra do Exército” e não possuíam uma visão elaborada da República, a não ser a de que o Exército deveria ter um papel maior do que desempenhado no Império.

Floriano Peixoto havia participado também da Guerra do Paraguai. Entretanto, os jovens oficiais que estavam à sua volta haviam frequentado a Escola Militar e recebiam influência do positivismo. Entendiam que tinham por missão atuar no exército como soldados-cidadãos, com o objetivo de dar um rumo para o País. A República deveria levar o progresso da nação com ordem.

Por sua vez, os partidários da República liberal apressaram-se em garantir a primeira constituição republicana, promulgada em fevereiro de 1891, a qual foi inspirada no modelo norte-americano. Um elemento importante a partir dessa constituição foi a descentralização

dos estados, assim chamados as antigas províncias, e a autorização para cada governo estadual fazer empréstimos. “A possibilidade de contrair empréstimos no exterior seria vital para que o governo paulista pudesse pôr em prática os planos de valorização do café” (FAUTOS, 2002, p. 141). Coube ao governo federal a cobrança dos impostos de importação, o direito de criar bancos emissores de moeda, de organizar as Forças Armadas Nacionais e a faculdade de intervir nos estados caso precisasse estabelecer a ordem para manter a república brasileira.

Lustosa (2007) chama a atenção para um fato interessante. Deodoro da Fonseca foi um republicano de última hora e Floriano não fora republicano. Floriano esteve a serviço do último ministério imperial e somente aderiu ao movimento no último momento.

O desgaste do governo de Deodoro da Fonseca foi rápido, e ele renunciou pouco depois de dois anos. Em seu lugar, subiu ao poder Floriano Peixoto, que também teve um governo ditatorial no qual prendeu, torturou e deportou aqueles que eram contra as suas ideias. Nesse contexto, a promessa de uma sociedade mais justa e de uma educação pública para todos não foi efetivada.

No campo da educação, é possível dizer que havia, pelo menos no campo do discurso, o desejo de uma democratização da escola pública. A maioria dos países ocidentais, nesse período, introduziu um conhecimento voltado para a formação científica e social, dando-lhe uma feição moderna, o que levou essas ideias, de certa forma, a influenciarem o Brasil. No dizer de Souza (2008, p. 20). “por toda parte, a língua materna, a matemática, a educação física, a instrução moral e cívica, o desenho e os trabalhos manuais foram considerados conteúdos válidos para a instrução popular”.

É dentro desse cenário de poucas mudanças em termos de melhoria de vida para a população brasileira que houve a constituição do ensino de História enquanto disciplina escolar no Brasil. Anterior à República, nas décadas de 1820 e 1830, surgiram vários projetos educacionais, que ao tratar sobre a organização curricular abordavam o ensino de História, que incluía a História Universal, a História Sagrada e a História da Pátria (FONSECA, 2004). Havia nesse período um debate em torno do que deveria ser ensinado nas escolas, quais materiais didáticos e como isso seria feito. Todo esse debate indicava o enfrentamento político e ideológico do período em tela.

Para Fonseca (2004), no Império e até por volta dos anos 30 do século XX, o projeto educativo brasileiro estava apoiado na construção de uma identidade nacional. Construir um ideário de País mestiço era fundante para a elite nacional. É dentro desse cenário que se inscreve o ensino de história como disciplina escolar. Produzia-se e ensinava-se uma História eminentemente política, de cunho moral e religioso. A divisão dessa disciplina em História Universal, História Sagrada e História do Brasil tinha como objetivo principal a conciliação dos interesses do Estado e da Igreja Católica.

O livro *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manuel de Macedo definiu métodos e procedimentos para se colher resultados rápidos sem deixar de lado o cunho de moral e cívica. Esse compêndio representou também a marca de preocupação com os métodos pedagógicos e a garantia de uma educação controladora.

A Reforma Francisco Campos de 1931, por sua vez, promoveu uma maior centralização da educação definindo programas e métodos de ensino. No dizer de Fonseca (2004, p. 52), “essa centralização significava, na prática, a unificação de conteúdos e de metodologias, em detrimento de interesses regionais”. Essa reforma também enfatizou o

ensino de História como instrumento central da formação política do povo brasileiro, não sendo de certa forma diferente com a Reforma Gustavo Capanema (1942), que restabeleceu novamente a História do Brasil como uma disciplina de aspecto moral e patriótico.

Enfim, o interesse do projeto educacional era garantir a nacionalidade em detrimento de uma formação crítica e cidadã. Em outras palavras, o interesse era formar o sujeito patriótico, conhecedor dos vultos nacionais, concentrando-se, portanto, numa história biográfica, política e econômica. Essa concepção não fazia parte apenas do ensino ginasial e colegial, mas também da educação primária.

O LIVRO DIDÁTICO NA REPÚBLICA BRASILEIRA

De acordo com Moreira e Silva (2011) o surgimento do livro didático e dos manuais escolares se deu no século XVI com a criação da Escola Moderna. Foi idealizado pela Companhia de Jesus com o objetivo de conter a Reforma Protestante e de civilizar as populações consideradas primitivas e selvagens. No século XVIII, o Estado Português apropriou-se do modelo religioso de escola e instituiu um sistema nacional de escolarização baseado no exemplo educacional estabelecido e sistematizado pela Igreja Católica.

No século XIX, os livros didáticos sofreram mudanças com o surgimento das disciplinas escolares, passando a ser específico para cada disciplina, sem, contudo, deixar de existir manuais mais gerais que abrangiam os mais variados conteúdos, como foi o caso da série Braga.

No Brasil, os livros didáticos seguiam os modelos dos livros estrangeiros, especialmente os franceses e alemães. A partir dos anos finais do século XIX, os livros didáticos estrangeiros passaram a ser criticados e intensificaram-se os projetos voltados para os livros didáticos nacionais.

No século XX, especificamente a partir dos anos de 1930, os projetos em torno dos livros didáticos no Brasil são intensificados por dois motivos principais: a) a expansão do ensino secundário e sua rígida seriação nos colégios; b) a crise econômica do capitalismo com a queda da bolsa de Nova York em 1929, a qual elevou os preços dos livros estrangeiros, contribuiu para a produção nacional (MOREIRA E SILVA, 2011).

Outra característica dos livros didáticos no Brasil, neste período, diz respeito às numerosas e sucessivas edições, tendo muitos livros uma longa permanência na escola e no cotidiano das famílias. No dizer de Moreira e Silva (2011, p. 31), “As Lições de História do Brasil, de Joaquim Manuel Macedo, publicado em 1861, foi reeditado durante todo o contexto da Primeira República [...]”. Todos esses fatores contribuíram para a popularidade dos manuais didáticos.

No tocante aos autores dos livros didáticos, salientamos que no período em tela eles eram intelectuais e altas personalidades da sociedade brasileira. Ao escrever um livro didático, estava-se cumprindo uma tarefa de amor à pátria e realizando um gesto honroso de homem culto e civilizado.

A OBRA SÉRIE BRAGA II: O DITO E O SILENCIADO NO ENSINO DE HISTÓRIA

O livro *A Série Braga II* não é um livro didático de História e sim um livro de leitura que circulou nas escolas alagoanas, tendo como editora a Companhia Melhoramentos de São Paulo com filial no Rio de Janeiro. A obra analisada, em sua 90ª edição, não apresenta ano de publicação.

O livro tem oitenta e quatro (84) lições, das quais destacamos as seguintes no quadro abaixoⁱⁱ:

Quadro 1 – algumas lições da Série Braga II

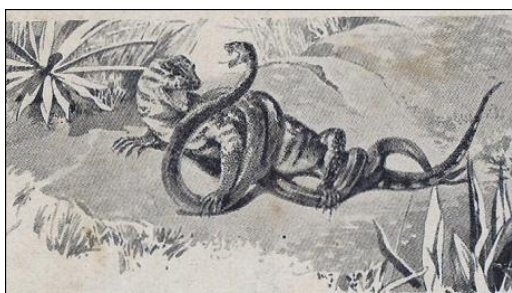
LIÇÃO	TÍTULO DO TEXTO
1.	Hynno ao sol
6.	Trabalho e repouso
20.	As bandeiras
21.	História dos bandeirantes
23.	Antônio Raposo: o Bandeirante (poesia)
25.	O sertanejo
41.	Riquezas do Brasil: gado
59.	A instrução
61.	Carta a um menino
66.	Direitos e deveres
67.	Leis e códigos
68.	Direitos e deveres do brasileiro
70.	Pátria Bandeira
71.	Saudação à bandeira
75.	Patrimônio Moral
76.	José Bonifácio
78.	O cidadão e o governo
79.	O bom e o mal cidadão
83.	Visão de uma grande pátria
84.	Execução de um programa

Fonte: Elaborado com base no livro *A Série Braga II*.

Pelo quadro anterior, notamos que as lições apresentadas aos leitores têm forte relação com a História da Pátria e a formação de um cidadão obediente. Outra característica do livro é a exaltação da natureza do Brasil como no caso do Hynno ao Sol. Nas palavras de Nemi e Martins (1996, p. 21), a realidade brasileira é apresentada à criança de “maneira ufanista um Brasil ingênuo, pouco convincente. Não existem conflitos e contradições”. Abaixo segue algumas imagens do livro.

Figura 1 – Conjunto de imagens do Livro Braga II reproduzindo a natureza brasileira

Série



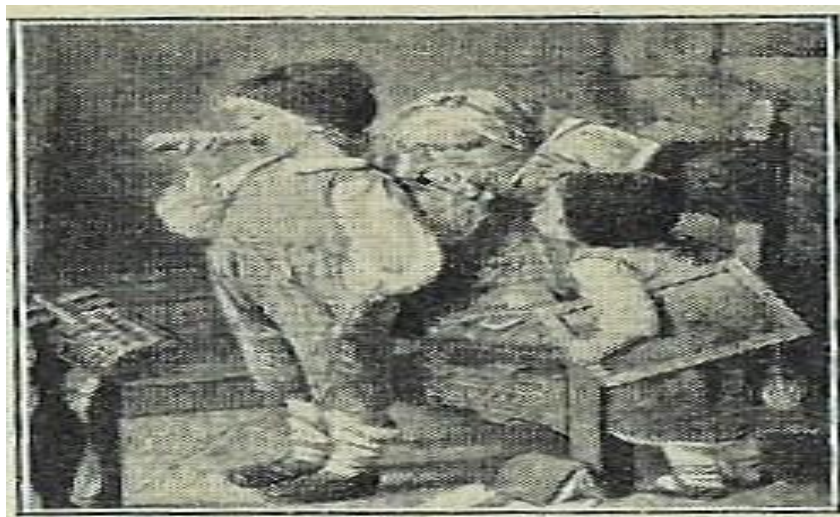


Fonte: Livro *A Série Braga II*, s/d.

Pelas imagens acima, verificamos um Brasil selvagem e bucólico ao mesmo tempo, com uma natureza a ser preservada, mas também a ser explorada com o intuito de construir uma nação pautada no progresso. De forma sublinhada, cultura e natureza estão em sentidos opostos. Assim é dito no livro (s/d, p. 1): “como são felizes os pássaros! Despertam com a madrugada, vêem o desabrochar das lindas flores campestres, correm com o zephyro, e das alturas, espreitam o sol que vai nascendo!” De forma implícita o texto sugere a criança, que feliz é o trabalhador que madruga, pois somente assim pode ver o sol nascer e adquirir riquezas da nação.

No texto *o trabalho e o repouso*, é dito claramente que o trabalho “é uma das fontes de felicidade para o homem” (BRAGA, s/d, p. 17). Não é dito, por exemplo, que o trabalho no sistema capitalista é uma forma de exploração do homem sobre o próprio homem. Não se discute a fome, a miséria e as condições inadequadas que os trabalhadores estão submetidos. Abaixo segue a imagem apresentada nesse texto.

Figura 2 – Crianças aprendendo música



Fonte: Livro *A Série Braga II*, s/d.

Com essa imagem, aprende-se que o trabalho é uma fonte inesgotável de alegria. Trabalhar é que nem tocar uma flauta. Quanto mais você aprende mais você é feliz e rico fica. Assim expressa o autor:

muito cedo nas fazendas, o sino chama os lavradores ao serviço. Quando o sol desponta, lá vão elles caminho das lavouras, afim de tirarem da terra, pelo trabalho, as riquezas agrícolas que della provêm.

Nas fábricas, o apito da machina a vapor pela madrugada dá aos operários o signal de que devem assumir seus lugares juntos aos machinismos em que trabalham. Lá vão eles, dentro em pouco, transformar a matéria prima [...].

No decorrer do livro, é recorrente a afirmação que os indolentes, os sem trabalho, constituem-se parasitas e, portanto, estão permeados pelos vícios. Nessa perspectiva, os mendigos, as crianças abandonadas, os sem empregos são pessoas viciadas, sem caráter e estão nessa condição porque assim desejam.

Na parte das bandeiras, os bandeirantes são apresentados como desbravadores, destemidos e combatentes. Os índios, por sua vez, aparecem como selvagens, escravos e prisioneiros conduzidos. O autor afirma, inclusive, que os escravos índios ficavam a favor dos bandeirantes e usavam flechas contra os inimigos sem nenhum questionamento.

Como os bandeirantes são apresentados como destemidos e corajosos, procura-se mostrar suas formas de vestir, alimentação e seus modos de organização. Os bandeirantes são heróis porque estão contribuindo para a nação brasileira. Assim é mencionado no poema em homenagem a Antônio Raposo:

Ah, pátria brasileira! hoje figuras
 Na vanguarda do Novo Continente
 E esquecendo o passado, não procuras
 Honrar o nome dessa heróica gente,
 Que te arrancou das verdes espessuras
 Como mergulhador, no mar do Oriente,
 Afunda, a se bater de frágua em fragua,
 E uma pérola arranca à tona d'água.

Ao privilegiar a subjetividade dos sentimentos do autor, e de certa forma dos bandeirantes, o poema destaca-se pelo lirismo e pelo amor à nação. No dizer de Fonseca (2004, p. 54), ao fazer referência ao livro didático na República brasileira:

os programas curriculares e orientações metodológicas pautava-se, assim, pela idéia de construção nacional que, a partir das noções de pátria, tradição, família e nação, formaria na população o espírito do patriotismo e da participação consciente.

Não obstante, se fomos analisar a história da educação no Brasil fica evidente que esse sentimento foi consolidado no período militar, inclusive, no momento da abertura política. Cabe dizer, no entanto, que ela que foi gradual, segura e lenta. Somente paulatinamente avançamos nesse ponto com o processo de redemocratização da nação brasileira.

Em relação às riquezas do Brasil, o gado e os produtos agrícolas são apresentados como uma economia de grande importância para a nação. Novamente, nessa parte do texto, argumenta-se que o trabalho proporciona a prosperidade e leva alegria e bem-estar aos lares. No texto referente a *o cidadão e o governo*, além de tentar explicar para que serve o governo, o autor deixa claro para o leitor as diversas facetas que fazem parte do poder administrativo. Uma parte do texto deixa evidente para o estudante a necessidade de obediência: “A ação repressiva do governo só alcança os maus cidadãos” (BRAGA, s/d, p. 222). Em todo o livro, há o interesse em dizer que a situação do País vai bem e que cabe ao trabalhador cumprir a sua parte nessa engrenagem. Ainda é afirmado no livro:

Não penses que só quando completares vinte e um annos, terás de ser bom cidadão; tu és brasileiro, e, embora não goses de direitos políticos, já és cidadão.

Tens desde agora deveres a cumprir, porque tens direitos que a lei ate assegura.

Tens de ficar em teu espírito um princípio fundamental que distingue o bom do mau cidadão.

Pelo que foi explicitado acima, é possível inferir que o ensino de história e, conseqüentemente, os compêndios adotados nessa época estiveram envolvidos com a situação política e cultural da nação brasileira. O ensino de História ocupou um espaço importante quando a mão do Estado passou a assumir a gestão da educação. Em outras palavras, o ensino de História pautou-se numa formação moral, cívica e política das crianças, jovens e também na formação de professores e professoras (FONSECA, 2004). Assim, é afirmado por Braga (s/d, p. 193): “o civismo deve ser manifestado no cumprimento ininterrupto do dever, por todos os cidadãos, tanto na paz como na guerra”.

Na lição *uma carta interessante*, o autor procura esclarecer para o leitor a dificuldade de enviar as notícias para pessoas distantes antes da criação dos correios. Nessa discussão sobre cartas, é mencionada a primeira carta escrita no Brasil por Pedro Vaz de Caminha.

Nota-se que os fatos históricos aparecem nas lições de maneira sutil e ao mesmo tempo desvinculado das discussões. Em algumas partes das lições, o texto fica até sem coerência para atender o objetivo de moralizar o sujeito.

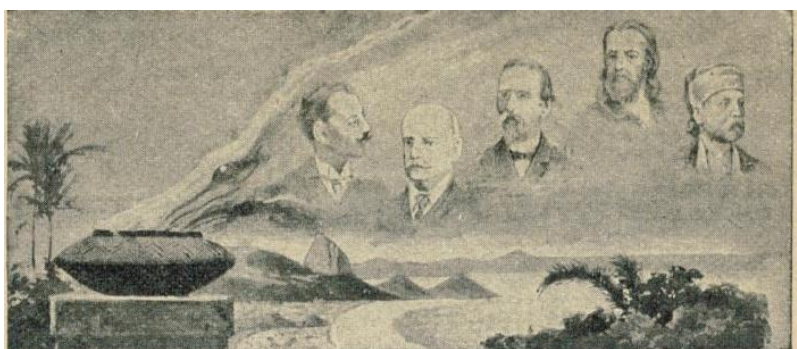
Na lição intitulada *Patria [...] bandeira*, mas uma vez fica evidente o ufanismo e a descrição de uma sociedade sem conflitos, sem contradições, com um certo ar de romantismo. Assim é mencionada na obra:

Não ha no mundo duas expressões mais fortes, nem mais commoventes do que essas. A morada commum, o solo irmão e unido, em que afundamos e confundismo as nossas raízes, o céu igual, que nos cobre e que nos beija, reclama, de todos, o mesmo devotamento abnegado e gera e suscita um só idêntico e unânime entusiasmo, do qual, espontânea, brota a maravilhsosa flor, alimentada na tradição e na glória da idade extineta, para permumar outros anhelos do provir .

Mas esse profundo amor, que tudo ao derredor de nós nos comunica, a cohesão instintiva da raça, precisa concretizar-se em um sybolo menos irreal, e esse é, então a Bandeira (BRAGA, s/d, p. 194).

A pátria e a bandeira estão quase sempre associadas aos heróis, aos homens e intelectuais da nação como é o caso da imagem a seguir:

Figura 3 – Heróis e intelectuais da nação

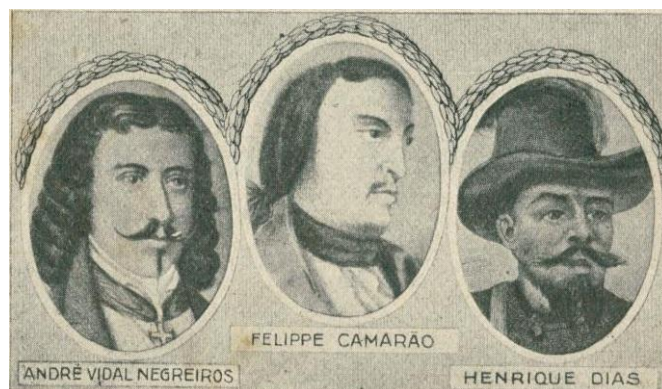


Fonte: Livro *A série Braga II*, s/d – Leitura II.

Sabemos que a chamada Era Vargas foi um momento importante no sentido de orientar o ensino de História para a formação moral e cívica. A ação do Estado nesse período não se limitava ao ensino escolar, mas ia além, atingindo a memória da nação por meio da preservação dos patrimônios e das festas cívicas dos heróis nacionais (FONSECA, 2004).

Aparece também de maneira sutil, no discurso do livro, a mistura das três raças. O branco, o negro e o indígena são representados por André Vidal Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias, heróis que lutaram contra a invasão de estrangeiros no Brasil, conforme explicitados na imagem abaixo.

Figura 4 – Outros heróis



Fonte: Livro *A série Braga II*, s/d.

Com base nas imagens e nos fragmentos escritos por Braga (s/d) entendemos que houve implicações desse modelo de ensino para as práticas curriculares de professores e estudantes. Os métodos adotados, as lições, os questionários, as cópias e anotações no caderno eram pautados em tais modelos. Contudo, não podemos esquecer que as práticas curriculares são sempre um devir e que sempre há aqueles e aquelas que burlam as leis, o currículo oficial e buscam a sua maneira construir novos caminhos educativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que os livros didáticos, as comemorações cívicas e as práticas curriculares como um todo são práticas culturais e como tal têm uma importância grande para a manutenção da visão ideológica da elite e conseqüentemente do Estado. Por isso são consideradas memórias coletivas, espaços responsáveis pela permanência dos discursos fundadores da nacionalidade. Nesse sentido, civismo e moral estabeleciam a relação entre política e religião, além de garantir a construção de um conjunto de representações relativas a ser homem e a ser mulher na sociedade brasileira.

Por meio das lições encontradas no livro de Erasmo Braga, fica evidente a necessidade de se sacrificar pela pátria, o amor à nação e ao trabalho. O sacrifício supremo em prol da nação era pensado como o encaminhamento para uma vida feliz. A cidadania se resumia no cumprimento dos deveres e na obediência às leis estabelecidas pelo Estado, embora no discurso se falasse aqui e acolá nos direitos.

O que ensinar em História passou a fazer parte dos debates políticos. A educação como forma de civilizar e formar uma sociedade regrada era essencial para a construção de uma nação que se aproximasse dos padrões europeus.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Roseane Maria de. **As Práticas Curriculares Cotidianas: um Estudo da Educação das Relações Étnico-Raciais na Rede Municipal de Ensino do Recife**. Recife: UFPE, 2011. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

BRAGA, Erasmo. **Série Braga: Leitura II**. São Paulo: Editora Melhoramentos, s/d.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História e ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MOREIRA, kênia Hilda; SILVA, Marilda da Silva. **Um Inventário: O livro didático de História em pesquisas (1980 -2005)**. São Paulo: Unesp, 2011.

NEMI, Ana Lúcia Lana; MARTINS, João Carlos. **Didática da História: o tempo vivido. Uma outra história**. São Paulo: FTD,1996.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY; Ismênia S. Silveira T. **História & documentos e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SANTOS, Maria Ângela dos et al. **Um estudo do livro de leitura II da Série Braga**. Artigo produzido para o livro *Histórias e memória da Educação: um debate sobre a diversidade cultural no Brasil* (no prelo).

SOUZA, Rosa de Fátima. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

ⁱ Para Santos, Antunes, Melo e Cardoso “Erasmo de Carvalho Braga viveu nos fins do século XIX e início do século XX. Nasceu em 23 de abril de 1877 na cidade de Rio Claro, interior de São Paulo. Segundo Matos (2008), ele era o mais velho dos cinco filhos do casal João Ribeiro de Carvalho Braga – imigrante português – e Alexandrina Teixeira da Silva Braga, ambos professores.” Artigo produzido para o livro *Histórias e memória da Educação: um debate sobre a diversidade cultural no Brasil*, no prelo).

ⁱⁱ Devido ao pouco tempo e espaço, não iremos fazer uma análise de todas as lições mencionadas no quadro I.